CATAVENTO CULTURAL E EDUCACIONAL

CNPJ nº 08.698.186/0001-06

Demonstrações Financeiras

www.cataventocultural.org.br

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	**2016**	**2015**
Recursos vinculados a projetos - (4)	11.507	16.873
Outros créditos	419	398
Despesas antecipadas	47	42
Total do ativo circulante	11.973	17.313
Depósitos judiciais	18	26
Imobilizado - (5)	5.849	9.096
Intangível	116	178
Biológico	67	-
Total do ativo não circulante	6.050	9.300
Total do ativo	18.023	26.613

Passivo	**2016**	**2015**
Fornecedores	110	54
Projetos vinculados a executar - (6)	9.759	14.831
Salários, férias e encargos sociais	1.805	2.229
Outras contas a pagar	119	46
Total do passivo circulante	11.793	17.160
Obrigações com o Estado e doações de bens a apropriar - Imobilizado - (6)	6.032	9.274
Contingências - (7)	198	179
Total do passivo não circulante	6.230	9.453
Patrimônio líquido		
Patrimônio social - (9)	-	-
Total do patrimônio líquido	-	-
Total do passivo	18.023	26.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - *(Em milhares de Reais)*

	Patrimônio social	**Superávits acumulados**	**Total**
Saldo em 1 de janeiro de 2015	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - *(Em milhares de Reais)*

Receitas operacionais	**2016**	**2015**
Recursos do contrato de gestão	44.690	51.948
Rendimentos financeiros - projetos com restrição	2.058	2.530
(10)	46.748	54.478
Voluntários - (3.i)	8	11
Total	46.756	54.489
Despesas operacionais		
Atividades culturais		
Despesa com pessoal - (11)	(28.715)	(33.332)
Despesas gerais - (12)	(11.731)	(15.721)
Depreciação e amortização	(4.062)	(4.754)
Contingências	(157)	-
Patrocinios e gratuidades recebidas - (13)	(1.544)	(87)
Voluntários - (3.i)	(8)	(11)
Resultado antes das despesas financeiras	(46.217)	(53.905)
Despesas financeiras	(539)	(584)
	(46.756)	(54.489)
Resultado do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - *(Em milhares de Reais)*

	2016	**2015**
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2016**	**2015**
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	4.062	4.754
Baixa de bens recebidos em doação contabilizados no Patrimônio Social	-	(171)
Contingências	91	(353)
Variação nos ativos e passivos		
Redução / (aumento) nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	5.366	3.662
Outros créditos e impostos a recuperar	(21)	(17)
Despesas antecipadas	(5)	(8)
Depósitos judiciais	8	(19)
(Redução) / Aumento nos passivos em		
Projetos vinculados a executar e obrigações com o Estado	(8.314)	(4.610)
Salários e provisão de férias e encargos sociais	(424)	247
Fornecedores e outras contas a pagar	129	82
Pagamento de contingências	(72)	(544)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	820	3.023
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(834)	(3.030)
Baixa imobilizado e intangível	14	7
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(820)	(3.023)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: O Catavento Cultural e Educacional, também denominado "Catavento" ou "Entidade", é uma Entidade Civil sem fins lucrativos constituída em 8 de março de 2007 e qualificada como organização social no âmbito da cultura através do processo nº SC-487-2007 em 16 de maio de 2007. A Entidade tem objetivos de natureza sócio-educativas e culturais, consubstanciados na criação de espaços culturais e educacionais no Estado de São Paulo, notadamente os desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Cultura. Para cumprimento de seus objetivos, a Entidade poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades: **a.** Criar e gerir espaços culturais e educacionais que promovam o conhecimento geral, a ciência, o espírito criativo, a saúde e boas atitudes sociais entre as crianças e os jovens, através de instalações interativas e diversificadas segundo as suas finalidades; **b.** Desenvolver estudos e pesquisas sobre crianças e jovens. **c.** Promover atividades educacionais na comunidade, em conjunto com entidades públicas e privadas; **d.** Manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da educação, cultura e arte; **e.** Realizar, incentivar, patrocinar e promover eventos, congressos, simpósios, treinamentos, cursos e exposições. **2 Base de preparação: a. Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 22 de fevereiro de 2017. **b. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos -** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota 8 -** Provisões para contingências. **e. Determinação do valor justo -** Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 14 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **3 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros -** ***(i) Ativos financeiros não derivativos -*** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado* - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Recebíveis* - Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos. *Recurso vinculados a projetos* - Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento e aplicações financeiras. *Passivos financeiros não derivativos* - Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(ii) Instrumentos financeiros derivativos -*** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de *hedge*. **b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas -** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura são registrados da seguinte forma: **• Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante. **• Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar. **c. Ativos biológicos -** Os ativos biológicos foram contabilizados conforme o valor de mercado, e estão compostos por animais vertebrados e invertebrados, sendo 10 peixes e 21 corais, no montante de R$ 67, que constituem os aquários que encontram-se expostos no Museu. Anualmente será realizado uma avaliação do valor para a contabilização. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração -*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumulado, quando necessário. ***(ii) Depreciação -*** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Instalações	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	2 anos
Instrumentos musicais	5 anos
Sistema ar condicionado	2 anos
Brinquedos temáticos	2 a 5 anos
Marcas e Patentes	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Redução ao valor recuperável -** ***(i) Ativos financeiros -*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **f. Provisões e passivos circulantes e não circulantes -** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **g. Demais ativos circulantes e não circulantes -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **h. Receitas e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras. **i. Receitas com trabalhos voluntários -** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2016 a Entidade registrou o montante de R$ 8 referente a trabalhos voluntários (R$ 11 em 2015). **j. Gerenciamento de risco financeiro -** A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez. • Risco de mercado. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº14. ***Estrutura do gerenciamento de risco -*** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. **k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas -** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada. ***IFRS 9 Financial Instruments*** **(Instrumentos Financeiros)** - A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Entidade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Entidade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Entidade fará no futuro. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Recursos vinculados a projetos	**2016**	**2015**
Caixa	5	-
Banco conta movimento	25	1
Aplicações financeiras	11.477	16.872
	11.507	16.873

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 92% a 115% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (90% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2015).

5 Ativo imobilizado	**Taxas anuais de depreciação**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido 2016**	**Líquido 2015**
Instalações	20%	3.630	(3.275)	355	898
Móveis e utensílios	10%	2.123	(1.138)	985	1.205
Máquinas e equipamentos	20%	2.939	(2.173)	766	1.199
Equipamentos de informática e comunicação	20%	1.346	(1.299)	47	132
Benfeitoria em imóveis de terceiros	50%	7.949	(7.666)	283	1.928
Instrumentos musicais	20%	522	(427)	95	164
Sistema ar condicionado	50%	522	(522)	-	-
Brinquedos temáticos	50% a 20%	14.155	(11.111)	3.044	3.257
Acervo - projeto de terceiros	20%	174	(51)	123	158
Outros	10% e 20%	983	(846)	137	129
Imobilizações em andamento	-	14	-	14	26
Total		**34.357**	**(28.508)**	**5.849**	**9.096**

Movimentação imobilizado

Movimentação do custo	**Saldo em 01/01/2015**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (b)**	**Saldo em 31/12/2015**
Instalações	3.630	-	-	-	3.630
Móveis e utensílios	2.072	56	-	(6)	2.122
Máquinas e equipamentos	2.362	328	(141)	404	2.953
Equipamentos de informática e comunicação	1.725	8	(40)	(350)	1.343
Benfeitoria em imóveis de terceiros (a)	5.567	2.349	-	33	7.949
Instrumentos musicais	502	14	-	-	516
Sistema ar condicionado	522	-	-	-	522
Brinquedos temáticos	11.890	17	-	1.557	13.464
Acervo – projeto de terceiros	-	174	-	-	174
Outros	1.033	3	-	(81)	955
Imobilizações em andamento	1.583	-	-	(1.557)	26
Total	**30.886**	**2.949**	**(181)**	**-**	**33.654**

Movimentação da depreciação	**Saldo em 01/01/2015**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (b)**	**Saldo em 31/12/2015**
Instalações	(2.168)	(564)	-	-	(2.732)
Móveis e utensílios	(802)	(115)	-	-	(917)
Máquinas e equipamentos	(1.241)	(399)	135	(249)	(1.754)
Equipamentos de informática e comunicação	(1.254)	(206)	39	210	(1.211)
Benfeitoria em imóveis de terceiros (a)	(3.379)	(2.636)	-	(6)	(6.021)
Instrumentos musicais	(251)	(101)	-	-	(352)
Sistema ar condicionado	(492)	(30)	-	-	(522)
Acervo – projeto de terceiros	-	(16)	-	-	(16)
Brinquedos temáticos	(9.596)	(611)	-	-	(10.207)
Outros	(864)	(7)	-	45	(826)
Total	(20.047)	(4.685)	174	-	(24.558)
Saldo líquido	**10.839**	**(1.736)**	**(7)**	**-**	**(9.096)**

(a) As aquisições de benfeitorias em imóveis de terceiros ocorridas no exercício de 2015, referem-se substancialmente a execução de infraestrutura para impermeabilização e alvenaria, nas Fábricas de Cultura de Sapopemba e Itaim Paulista. (b) As transferências referem-se substancialmente aos experimentos de exposições que estavam sendo desenvolvidos internamente.

Movimentação do custo	**Saldo em 01/01/2016**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2016**
Instalações	3.630	-	-	-	3.630
Móveis e utensílios	2.122	3	(2)	-	2.123
Máquinas e equipamentos	2.953	43	(57)	-	2.939
Equipamentos de informática e comunicação	1.343	3	-	-	1.346
Benfeitoria em imóveis de terceiros	7.949	-	-	-	7.949
Instrumentos musicais	516	6	-	-	522
Sistema ar condicionado	522	-	-	-	522
Brinquedos temáticos	13.464	683	(4)	12	14.155
Acervo - projeto de terceiros	174	-	-	-	174
Outros	955	28	-	-	983
Imobilizações em andamento	26	-	-	(12)	14
Total	33.654	766	(63)	-	34.357

Movimentação da depreciação	**Saldo em 01/01/2016**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2016**
Instalações	(2.732)	(543)	-	-	(3.275)
Móveis e utensílios	(917)	(222)	1	-	(1.138)
Máquinas e equipamentos	(1.754)	(463)	44	-	(2.173)
Equipamentos de informática e comunicação	(1.211)	(88)	-	-	(1.299)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(6.021)	(1.645)	-	-	(7.666)
Instrumentos musicais	(352)	(75)	-	-	(427)
Sistema ar condicionado	(522)	-	-	-	(522)
Acervo - projeto de terceiros	(16)	(35)	-	-	(51)
Brinquedos temáticos	(10.207)	(908)	4	-	(11.111)
Outros	(826)	(20)	-	-	(846)
Total	(24.558)	(3.999)	49	-	(28.508)
Saldo líquido	**9.096**	**(3.233)**	**(14)**	**-**	**(5.849)**

6 Projetos vinculados a executar: A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

continua

continuação

	Saldos em 01/01/2016	Valores recebidos / repasses	Captação de recursos e outros créditos	Rendimentos financeiros	Transferências	Devoluções	Outras movimentações	Consumo e imobilizações	Saldos em 31/12/2016
Contrato gestão Catavento 07/2012 (b)	10.238	8.651	1.832	942	-	-	644	(11.512)	10.795
Contrato de gestão das Fábricas (c)	9.032	3.656	11	164	(7.372)	(429)	-	(5.062)	-
Contrato de gestão - Fábrica Belém (d)	4.228	3.290	44	240	(4.497)	(160)	-	(3.145)	-
Contrato de gestão das Fábricas 01/2016 (c)	-	18.140	514	650	11.869	-	-	(26.257)	4.916
Convênio- Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos- FID (e)	607	183	-	62	-	-	-	(772)	80
Total	**24.105**	**33.920**	**2.401**	**2.058**	**-**	**(589)**	**644**	**(46.748)**	**15.791**
(-) Obrigações com o Estado - Imobilizado, Intangível e Biológico	(9.274)	-	-	-	-	-	-	3.242	(6.032)
Projetos a executar	**14.831**	**33.920**	**2.401**	**2.058**	**-**	**(589)**	**644**	**(43.506)**	**9.759**

• **Valores recebidos/captados -** referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados. • **Rendimentos financeiros -** referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar. • **Consumo -** referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social. • **Outras movimentações** - referem-se principalmente a benfeitorias recebidas em doação oriundos de projetos incentivados (doação de bens a apropriar), sendo a receita relacionada a esse ativo depreciável, reconhecida no resultado ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação. (b) **Contrato de Gestão – Catavento 07/2012 -** Em 22 de dezembro de 2012, foi publicada no Diário Oficial do Estado, a contratação da Entidade pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, pelo período de 59 meses a partir de 1º de janeiro de 2013, através de novo Contrato de Gestão 07/2012 com valor global de repasses estimado em R$ 51.968 para o período, podendo ser renovado, depois de ser demonstrada à consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas. Durante o período do contrato, a Entidade receberá do Estado recursos financeiros para o fomento e a operacionalização da gestão e da execução das atividades e serviços a serem desenvolvidos no "Espaço Cultural e Educacional da Criança/Museu Catavento". Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade. Durante o exercício de 2016, a Entidade recebeu R$ 8.651 (R$ 10.815 em 2015). A Entidade possui permissão de uso para o imóvel onde está instalada, conhecido como Palácio das Indústrias, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido imóvel. (c) **Contrato de Gestão - Fábricas -** Em 21 de fevereiro de 2011, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, Contrato de Gestão pelo período de 60 meses a partir de 21 de fevereiro de 2011, através do Contrato de Gestão 01/2011 com valor global de repasses estimado em R$ 142.000 para o período, podendo ser renovado, depois de ser demonstrada à consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas. Em 08 de outubro de 2015, foi celebrado o 7º (sétimo) aditamento ao Contrato de Gestão 01/2011, sendo a cláusula sétima alterada referente a importância global estimada em R$ 133.591. Durante o período do contrato, a Entidade recebeu do Estado recursos financeiros para o fomento e a operacionalização da gestão e da execução das atividades e serviços a serem desenvolvidos em quatro unidades denominadas "Centros Fábricas de Cultura" localizadas nos bairros de Sapopemba, Vila Curuçá, Itaim Paulista e Cidade Tiradentes, relativas ao Programa Fábricas de Cultura. Essas atividades e serviços foram medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais. Durante o exercício de 2016, a Entidade recebeu R$ 3.656 (R$ 28.681 em 2015) decorrentes do Contrato de Gestão que encerrou em 20 de fevereiro de 2016. Em 21 de fevereiro de 2016, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, o Contrato de Gestão 01/2016 com vigência até 31 de dezembro de 2020, com valor global de repasses estimado em R$ 165.958 para o período. Durante este primeiro ano de contrato, a Entidade recebeu do Estado recursos financeiros para o fomento e a operacionalização da gestão e da execução das atividades e serviços a serem desenvolvidos em cinco unidades denominadas "Fábricas de Cultura Setor A" localizadas nos bairros de Sapopemba, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes e Parque Belém. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais. Durante o exercício de 2016, a Entidade recebeu R$ 18.140 decorrentes do Contrato de Gestão. A Entidade administra os imóveis onde estão instalados as Fábricas de Cultura do Setor A, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva dos referidos espaços. (d) **Contrato de Gestão - Fábrica Belém -** Em 22 de junho de 2012, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, o Contrato de Gestão pelo período de 48 meses a partir de 22 de junho de 2012, através de Contrato de Gestão 03/2012 com valor global de repasses estimado em R$ 30.387 para o período, podendo ser renovado, depois de ser demonstrada à consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas. Em 08 de junho de 2016, foi celebrado o 5º (quinto) aditamento ao Contrato de Gestão 03/2012, sendo a cláusula sétima alterada referente a importância global estimada em R$ 26.449. Durante o período do contrato, a Entidade recebeu do Estado recursos financeiros para o fomento e a operacionalização da gestão e da execução das atividades e serviços a serem desenvolvidos na unidade denominada "Fábrica de Cultura - Distrito do Parque Belém", relativas ao Programa Fábricas de Cultura. Essas atividades e serviços foram medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais. Durante o exercício de 2016, a Entidade recebeu R$ 3.290 (R$ 5.666 em 2015) decorrentes do Contrato de Gestão 03/2012 que encerrou-se em 30 de Junho de 2016, passando a Fábrica do Parque Belém a integrar o Contrato de Gestão nº 01/2016. Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos: i. Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias; ii. Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos; iii. Doações de entidades nacionais; e iv. Rendimentos de aplicações financeiras. Por força do Contrato de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados. Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2016 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), sendo aprovados em 19 de maio, 16 de agosto e 21 de novembro de 2016, e para a Unidade de Formação Cultural (UFC) da Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 18 de maio, 16 de agosto e 21 de novembro de 2016, respectivamente. A prestação de contas referente aos relatórios de atividades anuais será enviada em fevereiro de 2017. (e) **Convênio - Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID -** Em 24 de setembro de 2013, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID, Termo de Convênio pelo período aproximado de 18 meses a partir de 24 de setembro de 2013, com valor global de repasses estimado em R$ 1.197 para o período, podendo ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do seu objeto, até o limite de 60 (meses), mediante termo aditivo. Em 27 de abril de 2016, foi celebrado o 1º (primeiro) aditamento ao Convênio FID – Processo SJDC nº 275.025/2010, sendo a cláusula oitava alterada para o prazo de vigência do convênio para 40 meses, a contar da data da assinatura. Durante o período do convênio, a Entidade receberá do Estado recursos financeiros para execução do projeto " Valorização Histórica do Palácio das Indústrias", como símbolo do dinamismo da capital paulista no início do século XX. Essas atividades e serviços são medidos por consonância com o Plano de Trabalho e seu cronograma físico-financeiro e relatórios trimestrais de execução, e a falta de alcance dos mesmos podem gerar penalidades à Entidade. Durante o exercício de 2016, a Entidade recebeu R$ 183, decorrentes do Convênio. Durante o exercício de 2015, a Entidade não recebeu repasses. **7 Provisão para contingências:** O Catavento reconhece a provisão para riscos civis e trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança. Em 2016, a Entidade não figura como reclamada em ações de natureza civil (2 em 2015) e figura em 7 ações de natureza trabalhista (12 em 2015), que totalizam 7 ações em 2016 (14 em 2015). Foi registrado como provisão, o valor de R$ 198 (R$ 179 em 2015), relativo ao risco trabalhista e cível classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Para os riscos acima existem depósitos judiciais que totalizam R$ 18 (R$ 26 em 2015). **8 Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades. **9 Patrimônio líquido:** O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

10 Receitas operacionais	**2016**	**2015**
Recursos governamentais - gestão Fábricas 01/2016	25.093	-
Recursos governamentais - gestão Catavento	8.737	8.335
Recursos governamentais - gestão Fábricas	4.888	34.991
Recursos governamentais - gestão Fábrica Belém	2.861	6.575
Convênio- Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos- FID	710	50
Rendimentos financeiros	2.058	2.530
Bilheteria	1.097	1.056
Locação de espaço	333	323
Outras	971	618
	46.748	54.478

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advinda de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros. Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

11 Despesas com pessoal	**2016**	**2015**
Salários	13.908	16.604
Encargos sociais	6.841	7.338
Férias e 13° salário	3.034	3.678
Benefícios	2.998	3.641
Estagiários	1.089	1.209
Serviços prestados - pessoa física	244	590
Outras despesas com pessoal	601	272
	28.715	33.332

12 Despesas gerais	**2016**	**2015**
Prestadores de Serviços	5.421	7.051
Despesas administrativas	2.704	3.249
Programa de serviço educativo e projeto especial (a)	1.550	1.845
Programa Exposição e Programa Cultural (b)	689	1.738
Conservação, segurança e manutenção predial	934	1.036
Programa de Comunicação (c)	293	571
Programa Acervo/Conservação Documentação/Pesquisa (d)	69	157
Outras despesas	71	74
	11.731	15.721

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais das principais atividades da Entidade:

	Programa de serviço educativo e projeto especial (a)		Programa Exposição e Programa Cultural (b)		Programa de Comunicação (c)		Programa Acervo/ Conserv/ Doc/Pesq (d)	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Transportes	42	1	325	1.111	-	-	-	-
Lanches e refeições	612	687	17	-	-	-	-	-
Gráfica e material de comunicação	-	-	-	-	245	497	-	-
Assessoria de imprensa e publicações	-	-	-	-	26	54	-	-
Manutenção técnica e instalações	422	432	-	-	-	-	3	95
Manutenção de instrumentos musicais	132	140	-	-	-	-	-	-
Produção e divulgação	122	167	337	542	-	-	-	-
Material de consumo	-	70	-	-	-	-	-	-
Acervo bibliográfico	-	-	-	-	-	-	27	47
Outras despesas	220	348	10	85	22	20	39	15
	1.550	1.845	689	1.738	293	571	69	157

13 Patrocinio e gratuidades recebidas	**2016**	**2015**
Restauração e conservação de elementos arquitetônicos (a)	759	87
Patrocinio de serviços - Pessoa Jurídica	403	-
Cessão de espaço	353	-
Doação acessórios – Fábricas de Cultura	29	-
	1.544	87

(a) As Gratuidades com restauração e conservação referem-se a execução do projeto "Valorização Histórica do Palácio das Indústrias", que tem como objetivo a preservação dos elementos arquitetônicos de sua infraestrutura, apresentando a história da cidade através de sua arquitetura. As obras contaram com recuros da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, através do Fundo de Interesses Difusos (FID). As receitas correspondentes estão registradas na linha de Recursos Governamentais - Contrato de gestão. **14 Instrumentos financeiros:** A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo -** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos. **Instrumentos financeiros "Não derivativos" -** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: • **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); • **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras). Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Entidade está sujeita aos fatores de: ***Risco de liquidez -*** Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. ***Risco de mercado -*** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. **15 Avais, fianças e garantias:** A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2016 e 2015. **16 Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015: • IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica) • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) • ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza) • COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias **17 Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R$ 116.326 e R$ 5.100 para responsabilidade civil (R$ 116.326 e R$ 5.100 em 2015 respectivamente).

Sebastião Alberto Lima - Diretor Executivo
Rogério Gerlah Paganatto - CRC 1SP131987/0-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do Catavento Cultural e Educacional - São Paulo - SP. **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras do Catavento Cultural e Educacional "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Catavento Cultural e Educacional em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.
KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6
Flavio Gozzoli Gonçalves - Contador CRC 1SP290557/O-2

CATAVENTO CULTURAL E EDUCACIONAL
CONTRATO DE GESTÃO Nº 07/2012
ESPAÇO CULTURAL DA CRIANÇA - MUSEU CATAVENTO
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2016

APRESENTAÇÃO - O Catavento, museu de Ciência e Tecnologia da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, é um equipamento cultural ligado à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria, localizado no Palácio das Indústrias, no Parque Dom Pedro II. A Catavento Cultural e Educacional é a Organização Social de Cultura contratada para gerir este espaço, por meio do Contrato de Gestão nº 07/2012, vigente de 01 de janeiro de 2013 a 30 de novembro de 2017. O ano de 2016 foi um ano de muitas conquistas para o Catavento. Importantes parcerias se consolidaram e permitiram que o trabalho do museu tivesse maior notoriedade, confirmando o sucesso de visitação e a importância deste equipamento para os mais diversos públicos que dele se utilizam. Mais de meio milhão de visitantes tiveram acesso à ciência de maneira divertida, em um espaço interativo, seja participando das atividades proporcionadas pelo acervo fixo ou através de eventos que compõem a programação cultural do museu. O número é resultado do trabalho de todas as equipes do museu que se empenham para manter a manutenção das instalações, conteúdo atualizado e inspirador, logística de agendamentos eficaz, retidão nos processos administrativos e jurídicos, além da comunicação que, em parceria com a Coordenadoria de Comunicação e Imprensa da Secretaria da Cultura, divulgou a intensa programação do museu neste ano. A programação nas férias, oficinas temáticas, exposições temporárias, exposições itinerantes, espetáculos científicos/culturais, oficinas técnicas, palestras e workshops, mostras de cinema, ações extramuros, visitas monitoradas, atividades lúdicas, feira de profissionais, inauguração da sala DNA, na Seção Vida, e a visita de um astronauta da NASA garantiram ao Catavento o retorno espontâneo da mídia que, durante o ano de 2016, citou o Catavento 1685 vezes (4,6 ao dia). As inserções no período ocorreram 11% em Jornal, 10% Rádio e TV, 4%

continua